

**PORTARIA****PORTARIA Nº 0806/2018 – TCM**

O Conselheiro **LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**, Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, destacadamente as inseridas nos incisos IV e XXVI do art. 56, do RI/TCM, e;

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização cadastral dos servidores ativos e inativos desta Corte de Contas e em virtude do novo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, instituído pelo Decreto Federal nº 8.373/2014;

**CONSIDERANDO** a obrigatoriedade da utilização da ferramenta e-Social por todos os Órgãos da Administração Pública, tendo como marco inicial o exercício de 2019, conforme Resolução do Comitê Diretivo do e-Social nº 02, de 30 de agosto de 2016 e alterações;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir o recadastramento obrigatório para Conselheiros, Conselheiros Substitutos, servidores ativos, inativos e pensionistas deste Tribunal, mediante a entrega de cópia dos seguintes documentos: RG, CPF, Título de eleitor, Certidão de Nascimento ou Casamento, comprovantes de instrução e de endereço e Certidão de Nascimento ou Casamento e CPF dos dependentes.

**Parágrafo 1º.** Além dos documentos citados anteriormente, os servidores que exercem a função de Motorista deverão entregar cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação), no prazo de validade, bem como preencher, obrigatoriamente, o campo equivalente no sistema. Da mesma forma, os servidores que ocupam cargos que requeiram inscrição no órgão de classe correspondente (ex. CRM, CFO, CRN, CRC, CREA), deverão entregar cópia do comprovante e preencher o campo equivalente no sistema.

**Parágrafo 2º.** O recadastramento será realizado mediante senha pessoal, pelo próprio servidor, em sistema web a ser disponibilizado na intranet do Tribunal. As cópias dos documentos obrigatórios deverão ser entregues a Chefia imediata.

**Art. 2º** O recadastramento será realizado nos seguintes períodos, conforme os procedimentos que serão previamente divulgados no Portal Eletrônico desta Corte de Contas:

- I – de 01 a 11/10/2018, para os Conselheiros, Conselheiros Substitutos e servidores ativos;
- II – de 16 a 31/10/2018, para os servidores inativos e pensionistas.

**Art. 3º** O não recadastramento no período estabelecido nesta Portaria, poderá acarretar a aplicabilidade das penalidades previstas no art. 183 e seguintes da Lei nº 5.810/94, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 4º** Independentemente das penalidades culminadas no art. 183 da Lei nº 5.810/94, os servidores que não tiverem procedido à atualização cadastral no prazo fixado ou apresentarem dados cadastrais inconsistentes poderão ter o pagamento de seus vencimentos suspensos, considerando a impossibilidade do envio de seus cadastros ao e-Social.

**Art. 5º** Caberá à Diretoria de Gestão de Pessoas gerir os processos de atualização dos dados cadastrais de servidores e as demais diretorias e chefias zelar pelo cumprimento do disposto neste ato e nas demais normas pertinentes.

**Art. 6º** O disposto neste ato deverá também se aplicar aos estagiários que mantenham vínculo com este Tribunal.

**Art. 7º** Os casos omissos serão deliberados pela Presidência deste Tribunal.

**Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, em 19 de setembro de 2018.

Conselheiro **LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**  
Presidente

**Protocolo: 15655**